

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO

Estudo Técnico Preliminar 3/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23294.005379/2026-86

2. Descrição da necessidade**Contratação de serviços de profissionais educacionais especializados.**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), como todas as instituições de ensino, tem como princípio fundamental a oferta de educação para todos, conforme estabelecido no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, garantindo igualdade de condições de acesso ao aprendizado. No entanto, para que essa igualdade seja efetiva em suas diversas formas, é necessário proporcionar as condições que sustentam esse trabalho.

Observa-se que a acessibilidade é um direito de todos e todas os/as cidadãos brasileiros/as e deve ser garantida na sala de aula, nos eventos e nas reuniões organizadas pelo IFPE, garantindo, assim, a efetiva participação de todos os presentes, conforme se verifica em nosso ordenamento jurídico, como por exemplo o Art. 23 da Constituição Federal, onde afirma que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;" Nesse sentido, o IFPE visa ampliar o respeito pela autonomia e pela dignidade das pessoas com deficiência, por meio do acesso equânime às informações veiculadas em sala de aula, na publicidade, nos pronunciamentos, nos discursos oficiais, bem como nos eventos, presenciais ou virtuais, realizados nos campi e na Reitoria.

Conforme a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que versa sobre o pleno exercício dos direitos básicos das pessoas com deficiência, cabe ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Por sua vez a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e define em seu Art. 17 que o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação e outros.

A Administração Pública Federal, por meio de seus órgãos, deve dar cumprimento ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, tendo-se em vista o Art. 5º, § 1º e Art. 6º, § 1º inciso III e VI, pelo qual deverão dispensar "atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e que compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas, por meio de serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento bem como pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas".

Ademais, o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que serviu de base para a sanção, em julho de 2015, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - LBI, reforçando o direito à plena participação por meio da comunicação acessível.

Nesse sentido, o Decreto nº 7.611/2011 prevê que o dever do estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será acordo com as seguintes diretrizes:

[...]

1. não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
2. garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais
3. oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
4. adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

Ademais, para a efetivação de uma educação de qualidade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, propõe ainda no art. 28, inciso XI, a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras – Língua Brasileira de Sinais, de guia intérpretes e de profissionais de apoio.

O artigo 3º - XII, XIII e XIV da referida lei mencionam três profissionais para o atendimento ao estudante com deficiência: o atendente pessoal, o acompanhante e o profissional de apoio escolar.

O IFPE é composto por 16 unidades de ensino, Reitoria, acrescido de 4 campi que estão em fase de construção ou reforma. A instituição atende estudantes diagnosticados com deficiência visual, baixa visão, Transtorno de Espectro Autista (TEA), deficiência auditiva, deficiência intelectual, dislexia, entre outras necessidades educacionais específicas, presentes nas diversas modalidades e cursos.

Considerando a atual demanda para atendimento dos discentes com deficiência já matriculados, bem como a perspectiva de crescimento desta para aqueles que vierem a se matricular nos cursos ofertados pelo IFPE, além da necessidade de cumprimento da legislação vigente e das orientações dos órgãos de controle e fiscalização, é de extrema importância a contratação de profissionais especializados, visando o atendimento deste público, inclusive como forma de garantir a permanência e o aprendizado desses estudantes na instituição.

A contratação deve se dar sob o regime da exclusividade da mão de obra diante da necessidade de que os referidos profissionais estejam sempre a postos para passar aos estudantes o que os professores estão ensinando e explicando.

O serviço claramente é comum, pois não incide nas hipóteses do Art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO	LAURA FABIANA DA SILVA CALIENTO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Locais de prestação dos serviços:

Tabela 1- Locais da Prestação dos Serviços

Campus	Endereço
IFPE campus Abreu e Lima	R. Jaguaribe - Timbó, Abreu e Lima - PE, 53510-520
IFPE <i>campus</i> Afogados da Ingazeira	Rua Edson Barbosa de Araújo, s/n, Manoela Valadares, Afogados da Ingazeira-PE. CEP: 56.800-000
IFPE <i>campus</i> Barreiros	Fazenda Sape, s/n, Zona Rural, Barreiros-PE. Cep: 55.560-000

IFPE <i>campus</i> Belo Jardim	Av. Sebastiao Rodrigues da Costa, s/n, São Pedro, Belo Jardim-PE. CEP: 55.155-730
IFPE <i>campus</i> Bezerros	Rua José Pereira Mendonça, S/N, Santo Amaro, na zona urbana do Município de Bezerros/PE
IFPE <i>campus</i> Cabo de Sto Agostinho	Rua Sebastiao Joventino, s/n, Destilaria Central, Cabo de Santo Agostinho-PE. CEP: 54.510-110 (sede provisória) Rodovia BR-101 Sul, Km 107, Gleba 1A, s/no, Mercês, Cabo de Santo Agostinho- PE (sede definitiva)
IFPE <i>campus</i> Caruaru	Estrada do Alto do Moura, Km 3,8, s/n, Distrito Industrial III, Caruaru/ PE. CEP: 55040-120
IFPE <i>campus</i> EAD	Rua General Vargas, 26, Iputinga, Recife-PE. CEP: 50670-430
IFPE <i>campus</i> Garanhuns	Rua Padre Agobar Valença, s/n, bairro Heliópolis- Garanhuns/PE. CEP: 55297-520
IFPE <i>campus</i> Goiana	Rua Historiador Antônio Correia de Oliveira Andrade Filho, s/n. Loteamento Boa Vista - Goiana/PE
IFPE <i>campus</i> Igarassu	Rodovia BR-101 Norte, Km 29, s/no, Engenho Ubu, Zona rural de Igarassu/PE (em frente ao Posto da Polícia Rodoviária Federal).
IFPE <i>campus</i> Ipojuca	Rodovia PE 60, km 14, s/n, Califórnia, Ipojuca-PE. CEP: 55.598-078
IFPE <i>campus</i> Jaboatão dos Guararapes	Rodovia PE 007, Gleba 1A, s/n, Engenho Bulhões, Jaboatão dos Guararapes-PE - CEP 54080-000
IFPE <i>campus</i> Olinda	Av. Fagundes Varela, nº 375, Jardim Atlântico, Olinda-PE. CEP: 53.140-080 (sede provisória) Rua João Clementino Montarroyos, S/N, Casa Caiada - Olinda/PE, CEP 53130390 (sede definitiva)
IFPE <i>campus</i> Palmares	Av. José Pretestato de Santana, S/No, Bairro Quilombo I, Palmares/PE – CEP: 55.540-000.
IFPE <i>campus</i> Paulista	Avenida Prefeito Geraldo Pinho Alves, 1400, Bairro Maranguape I, Paulista-PE. CEP 53.441-600
IFPE <i>campus</i> Pesqueira	BR 232, Km 208, Loteamento Portal, Pesqueira-PE. CEP 55.200-000
IFPE <i>campus</i> Recife I	Av. Prof Luiz Freire, 500, Cidade Universitária, Recife-PE. CEP: 50740-545
IFPE <i>campus</i> Recife II	Av. Guararapes, 283 - Santo Antônio, Recife - PE, 50010-000.

IFPE Reitoria	Av. Professor Luiz Freire, 500, Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50.740-540 e Praça Ministro João Gonçalves de Souza S/N, Engenho do Meio, Recife-PE CEP: 50.670-500
IFPE <i>campus</i> Santa Cruz do Capibaribe	Av. Miguel Arraes de Alencar, s/n, Santa Tereza, Santa Cruz do Capibaribe/PE
IFPE <i>campus</i> Vitória de Santo Antão	Propriedade Terra Preta, S/N, Zona Rural, Vitória de Santo Antão /PE- CEP 55.602-970

O IFPE tem seu horário de funcionamento no período das 7h às 22h. Dessa forma, a atuação dos profissionais de que trata essa contratação poderá ocorrer em qualquer um dos turnos de funcionamento da instituição (matutino, vespertino ou noturno), a depender da demanda institucional.

A alocação dos profissionais poderá ocorrer em horário noturno, de acordo com a demanda/matrículas apresentadas.

Haverá a possibilidade de ocorrências, em situações eventuais, de flexibilização do horário, com mudança de horários em virtude de algum evento na instituição, sábados letivos, viagens ou outras situações.

Para execução dos serviços, a empresa contratada deverá alocar profissionais com os seguintes perfis e atribuições mínimas:

Tradutor e Intérprete de Libras de Nível Superior: Deve ter no mínimo formação profissional de nível superior e qualificação comprovada com competência para realizar a interpretação das duas línguas (português – LIBRAS) de maneira simultânea e consecutiva e proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS e da Língua Portuguesa, através de formação profissional reconhecida pelo Sistema que os credenciou, cursos de extensão universitária ou cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação, para atuação em instituições de ensino médio ou de educação superior (Decreto nº 5.626/2005 e Lei nº 14.704, de 2023); No desempenho de suas funções, o intérprete deverá observar o Código de Ética do Intérprete da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils e o Regulamento para o serviço de tradução/interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Português oferecido pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Profissional Ledor/Transcritor em Braille deve ter no mínimo formação em nível superior, na área de Pedagogia ou Licenciatura e curso de Braille /Tiflogia com carga horária mínima de 120 horas, em instituição reconhecida pelo MEC ou por entidades representativas dos deficientes visuais, com experiência de no mínimo 6 meses.

Profissional de Apoio Escolar (cuidador): deve ter no mínimo formação em nível médio, com experiência, de no mínimo 6 meses, no acompanhamento e auxílio de pessoa com deficiência no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando de necessidades básicas, fisiológicas e escolares, fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma.

Atribuições dos Postos

Tradutor Intérprete de Libras:

Traduz, na forma escrita, textos de qualquer natureza, de um idioma para outro (Libras/Português), considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público alvo específico, conforme consta na CBO - Classificação Brasileira de Ocupações - Código 2614-25, Estes profissionais interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos. Suas atribuições são: Traduzir e interpretar LIBRAS – Língua Portuguesa e vice-versa na sala de aula ou em outras atividades acadêmicas, intermediando a comunicação entre os alunos surdos e ouvintes (professores, alunos e funcionários) de forma simultânea ou consecutiva, presencial ou remotamente; traduzir e interpretar artigos, livros e textos diversos, pesquisar e estudar conceitos acadêmicos, em parceria com o professor da sala de aula, que favoreçam a atuação do Profissional Técnico Especializado em Língua de Sinais, a fim de possibilitar uma tradução /interpretação coerente e fidedigna; cumprir rigorosamente as atividades laborais e os horários estipulados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne e Direção de Ensino da unidade; acompanhar alunos em visitas técnicas que estejam de acordo com a carga horária do curso; participar de formação ou reuniões pedagógicas quando solicitado; garantir a acessibilidade nos eventos e contribuir com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Realizar outras atividades que sejam afetas à sua área de atuação e que lhe sejam atribuídas.

Profissional LEDOR/Transcritor em Braille: Reproduzir, em caracteres do alfabeto Braille, conteúdos de textos originalmente impressos no sistema comum de escrita ou vice-versa seguindo as normas técnicas para a produção de textos em Braille; seguir rigorosamente as técnicas especializadas de leitura para pessoas com deficiência; contribuir para melhoria (com desenvolvimento) da aprendizagem dos alunos com deficiência; contribuir para acessibilidade nos espaços e conteúdos curriculares aos alunos com deficiência; participar no planejamento e execução da formação na área da deficiência visual; adaptar e produzir materiais didático-pedagógicos; organizar e participar de ações relativas ao atendimento de pessoas com deficiência

visual; e atuar com as diversas tecnologias assistivas existentes. Desenvolver a transcrição de textos em Braille na substituição de anotações do sistema comum; Transcrever textos utilizando o sistema Braille, ampliação e audiodescrição, respeitando as recomendações brasileiras; Utilizar códigos específicos de musicografia Braille, ciências exatas e de informática respeitando as necessidades específicas da pessoa com deficiência visual; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; Responsabilizar-se pela manutenção, atualização e conservação dos recursos tecnológicos; Ministrando curso de Sistema Braille. Auxiliar educandos com deficiência visual no sistema de ensino. Interagir com o professor nas ações pedagógicas que estão sendo planejadas e/ou realizadas. Participar ativamente das atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Executar outras atividades afins.

Profissional de Apoio Escolar/Apoio em Sala de Aula:

O Profissional de Apoio Escolar deverá apoiar o aluno nas atividades escolares nas quais se fizer necessário; auxiliar na comunicação alternativa dos alunos que não usar os meios tradicionais de comunicação; acompanhar o aluno durante as atividades pedagógicas na instituição e atividades externas: visitas técnicas, aula de campo, eventos, palestras e afins; auxiliar no deslocamento do aluno na chegada /saída e dentro da instituição. Na função o Profissional de Apoio Escolar deverá ter condições físicas de apoio à locomoção, realização de atos de higiene pessoal do aluno sem condições de independência e aqueles necessários para alimentação, comunicação e atos necessários para a permanência na escola e realização das atividades escolares. A assistência do profissional deve contribuir para a melhor acessibilidade do aluno às situações de aprendizagem, otimizando as condições materiais, técnicas e humanas do aluno. Este profissional, além de prestar atendimento ao aluno público da Educação Especial, é responsável por apresentar relatórios constantes à escola e às secretarias especializadas quando necessário e solicitado, colaborando e participando das ações da equipe escolar.

Todos os profissionais selecionados pela CONTRATADA deverão atuar de acordo com as recomendações dispostas na legislação vigente, orientações do Ministério da Educação (MEC) e respeitando as normas e regulamentos do IFPE.

Os profissionais deverão ser rigorosamente selecionados pela CONTRATADA, a qual ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o CONTRATANTE e terceiros, pelos atos por eles praticados no desempenho de suas funções.

Os prestadores de serviços da CONTRATADA também deverão ser orientados pela CONTRATADA a:

- Observar critérios de pontualidade, ética, cortesia e assiduidade ao trabalho. Observar os princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com crachá fornecido pela CONTRATADA.
- Manter sigilo das informações que porventura venha a tomar conhecimento em função de suas atribuições. Em caso de descumprimento do sigilo de informações, a Administração procederá à análise e aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das sanções nas esferas penal e civil.
- Zelar pela manutenção de um ambiente de trabalho tranquilo e livre de conflitos.

A contratada deverá garantir a otimização do processo de trabalho, dentre outras questões, manter sua equipe com capacitação contínua, a fim de zelar pela qualidade do serviço prestado à CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá fornecer a prestação de garantia contratual, nas condições que vierem a ser estabelecidas no instrumento convocatório.

A CONTRATADA deverá realizar o pagamento tempestivo de todos os direitos trabalhistas, previdenciários e outros dos profissionais alocados na execução contratual.

Será adotado o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) como mecanismo de pagamento com foco no resultado.

Não há exigência de preposto no local da execução dos serviços. A empresa contratada deverá, no momento de início dos serviços, indicar o preposto que irá representá-la durante a execução do contrato.

Será realizada a glosa de valores decorrentes de ausências dos profissionais quando não for alocado o substituto.

A contratação dos serviços será em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sendo exigido quanto à forma de prestação dos serviços que:

- Os empregados da Contratada fiquem à disposição nas dependências do Contratante para a prestação dos serviços. Durante o período de atividades não presenciais e período de recesso e férias escolares, o contratante poderá autorizar o trabalho remoto do profissional caso não represente prejuízo ao atendimento do(s) discente(s).
- A Contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e
- A Contratada possibilite a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Caberá à empresa CONTRATADA fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços a serem prestados incluindo equipamentos eletrônicos usados no atendimento remoto, sendo responsável pela manutenção e substituição quando necessário.

A empresa CONTRATADA fornecerá crachás adequados para a execução das atividades, conforme normas regulamentadoras vigentes.

Todos os empregados deverão estar identificados, obrigatoriamente, por meio de crachá, nas dependências do campus, dispensado o seu uso somente durante o período em que estiver interpretando ao aluno.

Os serviços serão executados de acordo com o estabelecido pela legislação vigente, inclusive levando-se em consideração o Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente, se houver, ou Entidade de Classe. O Código Brasileiro de Ocupações (CBO) de cada categoria profissional empregadas nos serviços são: Intérprete de LIBRAS - 2614-25; Profissional de Apoio Escolar- 5162 (Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos) e Ledor/Transcritor de Braille não possui regulamentação e nem está registrado no CBO.

O Núcleo de Atendimento de Pessoas com Necessidades Específica (NAPNE) de cada Unidade, ou setor equivalente, definirá periodicamente os dias e horários a serem cumpridos pelos empregados da contratada para prestação do serviço. Essa definição se dará em virtude da necessidade dos alunos e das atividades a serem desenvolvidas. Podendo esses empregados atuarem no período diurno ou noturno, não extrapolando a carga horária legal estabelecida.

Os profissionais devem estar disponíveis para a instituição nos turnos das aulas dos alunos com deficiência, participar das reuniões com o NAPNE de cada campus do IFPE e das reuniões de coordenações, quando convocado.

Natureza da Contratação

Os serviços planejados possuem natureza contínua, tendo em vista serem aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da entidade. Sua interrupção comprometeria a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Os serviços a serem contratados são serviços de natureza contínua no âmbito do IFPE, conforme art. 1º, incisos XLIV e LVII da Portaria IFPE nº 1.515, de 1 de novembro de 2024. Assim, a vigência inicial do contrato deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis a critério da administração até o limite de 10 anos, na forma da Lei 14.133/2021.

Da Classificação Ocupacional

IFPE considera adequada a identificação das categorias profissionais com base nos Códigos Brasileiros de Ocupações abaixo indicados. No entanto, cabe exclusivamente à empresa licitante contratada o adequado registro nas carteiras de trabalho, para todos os fins e efeitos:

CBO 2614 - 25 Tradutor intérprete de Libras

(Não há CBO específico) Ledor transcritor Braille

CBO 5162- Profissional de apoio escolar (Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos)

Vigência Inicial e eventuais prorrogações contratuais

Trata-se de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra para disponibilização de Tradutor Intérprete de Libras - Nível superior, Profissional Ledor/Transcritor em Braille, Profissional de apoio em sala de aula /apoio escolar, para manutenção da atividade Institucional, decorrente de necessidades permanentes ou prolongadas. Logo, será adotado o contrato continuado, com vigência inicial de 24(vinte e quatro) meses, prorrogável até o limite de 10 anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

Possibilidade de contratação - Não vedação

Os serviços são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do IFPE ou com eles se confundem, mas a contratação está autorizada tendo em vista a disposição constante na Portaria 443 de 27 de dezembro de 2018 do Ministério do Planejamento e que se tratam de atividades de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal, conforme Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019.

Sustentabilidade Social

Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

Informação relevante

Considerando que a demanda de atendimento a estudantes surdos, deficientes visuais e daqueles que necessitam do serviço de cuidador é variável, a execução dos serviços de Tradutor e Intérprete de Libras, Profissional Ledor transcritor Braille e Profissional de Apoio em Sala de Aula poderá ser suspensa a qualquer momento e o posto poderá ser remanejado para quaisquer campi e Reitoria do IFPE, conforme a necessidade de atendimento às demandas de inclusão e acessibilidade de seus cursos e eventos. A distribuição e o aproveitamento dos postos de trabalho serão feitos de acordo com a conveniência e a necessidade do serviço, desde que garantida a continuidade da prestação de serviços nas unidades em que for necessário.

Da Dispensa de Cobertura de Posto em Períodos de Férias

Considerando as particularidades da demanda e a natureza das atividades a serem desempenhadas, não será exigida a reposição do profissional (substituto) durante o período de gozo de férias regulamentares do titular do posto.

Consequentemente, a Planilha de Custos e Formação de Preços não deverá contemplar a provisão de custos relativa 'Substituto nas Férias' para os referidos postos.

5. Levantamento de Mercado

Após análise de mercado, foram identificadas as seguintes soluções para atender a necessidade do IFPE:

1- Parcerias com Instituições de Ensino ou Programas de Estágio

Estudantes que estão em cursos de formação podem ser uma opção, como parte de programas de estágio ou convênios com universidades. Isso pode ajudar a suprir a demanda, ao mesmo tempo em que proporciona uma experiência prática e desenvolvimento profissional para esses futuros profissionais.

Os estagiários ou voluntários recebem bolsas ou têm sua experiência como contrapartida, o que torna a opção mais acessível para a instituição.

2- Contratação de Empresas Especializadas em Fornecimento de Mão de Obra

Alternativa comumente utilizada pela Administração Pública, em que a empresa contratada aloca profissionais capacitados para executar o serviço. Apesar de ter custo mais alto que as demais opções de mercado, se revela a melhor solução, uma vez que garante a continuidade do serviço, de acordo com as cláusulas contratuais.

3 - Uso de Tecnologia Assistiva

O uso de tecnologias assistivas, como o VLibras (sistema de tradução automática de conteúdo para Libras), ou o Hand Talk, pode complementar os serviços presenciais de interpretação, principalmente para conteúdo complementar ou aulas gravadas. Essas ferramentas estão sempre disponíveis, independentemente do horário ou local, o que garante que o material educativo seja acessível de forma contínua. Embora a tecnologia seja um recurso valioso, ela não substitui completamente a interpretação humana em aulas presenciais, especialmente em contextos dinâmicos e interativos, como debates, discussões em sala de aula e interações entre alunos e professores. Para os demais profissionais, não foram identificadas ferramentas similares.

Conclusão

Para uma instituição pública de ensino que oferece aulas presenciais para estudantes com necessidades especiais, a contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra mostra-se a melhor solução, pois oferece continuidade, especialização e compromisso a longo prazo. Embora envolva custos mais altos, essa opção é mais estável e sustentável, garantindo que os estudantes com necessidade específicas tenham a acessibilidade necessária durante o processo educacional.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra para disponibilização de Tradutor Intérprete de Libras, Profissional Ledor/Transcritor em Braille, Profissional de apoio em sala de aula/apoio escolar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento visando garantir o acesso de todos à acessibilidade em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos, promovendo sua participação e inclusão, e ampliar o respeito pela autonomia e dignidade das pessoas com deficiência, por meio do acesso às informações veiculadas na publicidade, nos pronunciamentos, nos discursos oficiais, bem como nos eventos, presenciais ou virtuais dos campi Reitoria do IFPE.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O método para estimativa das quantidades a serem levantadas levou em consideração as informações obtidas pela Coordenação de Políticas Inclusivas e por esta equipe de planejamento da contratação.

Assim, considerando a estimativa da contratação, identificou-se ser necessária a contratação de profissionais nas quantidades constantes na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Número de profissionais a serem contratados

Campus do IFPE	Tradutor Intérprete de Libras	Apoio Escolar	Transcritor Braille
Abreu e Lima	4	2	1
Afogados da Ingazeira	4	1	1
Barreiros	4	2	1
Belo Jardim	4	4	1
Bezerros	4	2	1
Cabo de Santo Agostinho	4	1	1
Caruaru	4	2	1
EAD	2	-	1
Garanhuns	4	1	1
Goiana	4	2	1
Igarassu	4	1	1
Ipojuca	4	1	1
Jaboatão dos Guararapes	4	2	1
Olinda	4	2	1
Palmares	4	2	1
Paulista	4	2	1
Pesqueira	4	1	1

Recife I	4	3	1
Recife II	4	2	1
Reitoria	2	-	-
Santa Cruz do Capibaribe	4	2	1
Vitória de Santo Antão	4	1	1
Total	84	36	21

Considerou-se, para esta estimativa do numero de profissionais Intérpretes e Tradutores de Libras, a LEI N° 14.704, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023, que estabelece que o trabalho do profissional deve ser realizado em regime de revezamento no caso de ultrapassar 01 (uma) hora de tradução e interpretação.

Os números apresentados resultam de dados levantados nos campi com referência aos números de profissionais existentes em cada unidade e aos números de estudantes com deficiência já matriculados na instituição.

Também foi levantada a necessidade da inserção dos Tradutores e Intérpretes de Libras em setores da Reitoria que apresentam trabalhos que necessitam da garantia de acessibilidade comunicacional, a exemplo da Assessoria de Comunicação (ASCOM) com a construção de materiais para divulgação de informações institucionais bem como na PROEXT, para contribuir com o conjunto de políticas inclusivas da instituição. Ressaltamos também a necessidade da existência desse profissional para compor a garantia da acessibilidade comunicacional em todos os eventos institucionais.

A contratação desses profissionais impactará diretamente na garantia do direito de pessoas com deficiência, estudantes ou pertencentes à comunidade acadêmica, à educação pública, gratuita e de qualidade, na perspectiva de materialização de uma educação inclusiva, onde qualquer um, independente de condição física e/ou intelectual, pode se inserir na sala de aula e ambiente acadêmico comuns a todos/as.

Da ajuda de custo

A CONTRATADA pagará diárias de viagem aos seus empregados, para fazer face às despesas de alimentação e estadia, ficando certo que a respectiva verba não tem natureza salarial para fins trabalhistas, previdenciários ou tributários.

Tabela 3

Estimativa de quantidade de diárias		
Tipo de diária	Qtd de ocorrências anual total	Qtd de ocorrências global (24 meses)
Diária inteira (Tradutor/intérprete de libras)	44	88
1/3 de diária (Tradutor/intérprete de libras)	110	220
Diária inteira (Profissional de Apoio Escolar)	40	80
1/3 (Profissional de Apoio Escolar)	100	200

Quando se fizer necessário o pagamento de diárias, este será feito conforme valor-base e formato de concessão do acordo, convenção ou dissídio coletivo vigente a que a Contratada esteja submetida. Não existindo a cláusula, considera-se o valor-base e formato de concessão as CCT's tomadas como referência nesta contratação (Tabela 4) e suas sucessoras:

Tabela 4

Número de Registro no MTE	Tipo	Vigência	Link
PE000054/2026	Convenção Coletiva	01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026	file:///C:/Users/2177790/Downloads/CCT%202026%20-%20STEALMOAIC-1.pdf

Os valores referentes a diárias de viagem serão pagos pela CONTRATANTE à CONTRATADA juntamente com a fatura mensal de prestação dos serviços, mediante apresentação de demonstrativo que comprove o repasse dos valores aos representantes dos postos de serviço. O repasse da ajuda de

custo deverá ser efetuado com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência à realização da viagem, devendo o demonstrativo ser atestado pelo fiscal do contrato formalmente designado pela CONTRATANTE.

O quantitativo das diárias, constantes das propostas das empresas licitantes, não poderá ser inferior ao previsto na Tabela 3 deste Estudo.

Do vale transporte

O pagamento de vale transporte deverá ser pago somente nos municípios em que tenha transporte público e coletivo devidamente regulamentado pelo município. O transporte deve ser prestado diretamente ou por meio de concessão ou permissão e com tarifas definidas em normativas.

Art. 1º da Lei nº 7.418/85. "Art. 1º Fica instituído o vale-transporte, (Vetado) que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais."

O referido benefício deverá ser antecipado ao empregado até o último dia útil do mês anterior à execução do serviço.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 22.921.064,19

A estimativa do valor da contratação, considerando 24 (vinte e quatro) meses de vigência, totaliza R\$ R\$ 22.921.064,19 (vinte e dois milhões, novecentos e vinte e um mil, sessenta e quatro reais e dezenove centavos).

Para fins de elaboração da proposta e fixação do valor de referência, a remuneração base dos profissionais alocados aos postos de trabalho de Tradutor e Intérprete de Libras e Apoio Escolar foi extraída dos valores nominais constantes no Anexo II - TABELA REFERENCIAL SALARIAL - 2024 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2024/2024 STEALMOAIC registrada no MTE sob o n.º PE000122/2024, por refletir a especificidade técnica das categorias envolvidas nesta contratação.

Sobre os valores base referenciados no item anterior, foram aplicados, de forma cumulativa, os índices de reajuste salarial pactuados nas CCTs subsequentes dos exercícios de 2025 e 2026 (CCT 2025/2025 MTE n.º PE000113/2025 (Cláusulas Quinta) e CCT 2026/2026 MTE n.º PE000054/2026 (Cláusula Sexta)), visando a manutenção do valor real da mão de obra e a fidedignidade do orçamento estimado frente ao mercado atual.

Sobre os valores e regras para definição das diárias, utilizamos o disposto na Cláusula Décima Terceira da CCT 2026/2026 MTE n.º PE000054/2026.

No caso da contratação de Ledor/transcritor em braille, em consulta ao sistema Mediador do ME, não se localizou qualquer CCT específica da categoria no Estado de Pernambuco. Por esse motivo, o IFPE utilizará o valor da pesquisa de preços realizada em contratações similares na Região Nordeste, conforme art. 5º, inciso II da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

Em relação aos crachás, para estimar os valores, foram utilizados os parâmetros estabelecidos no art. 5º inciso I da referida IN.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra geral, nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, é o parcelamento do objeto, desde que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Contudo, no presente caso, verifica-se que os serviços a serem contratados possuem natureza integrada e complementar, envolvendo diferentes perfis profissionais que atuam de forma articulada para garantir a efetividade das políticas de inclusão e acessibilidade no âmbito institucional. Além disso, a gestão contratual será centralizada na Reitoria, o que demanda padronização de procedimentos, uniformidade na execução e maior controle administrativo.

Nesse contexto, o agrupamento dos itens mostra-se mais adequado, pois proporciona ganhos de escala, maior eficiência na alocação e remanejamento dos profissionais entre os campi, bem como redução de riscos operacionais e contratuais decorrentes da eventual contratação de múltiplos fornecedores.

Ademais, tal medida favorece a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, sem prejuízo à competitividade, uma vez que o objeto é comum e amplamente ofertado por empresas especializadas no mercado, atendendo, assim, aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Há, no âmbito do IFPE, contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência, com o intuito de garantir tecnologias assistivas que abarquem demais necessidades especiais dos estudantes, a exemplo de impressoras braille.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026, o IFPE tem como missão promover a educação profissional, científica e tecnológica de forma comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável a sociedade possui entre no seus valores compromisso com a justiça social, equidade e cidadania e afirma, por exemplo, no item 2.7, que o desafio da educação inclusiva já é parte de nossas preocupações.

O Documento Orientador para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelado do IFPE, o qual aponta estratégias que visam contribuir para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, curriculares e de comunicação e sinalização, entre outras, de modo a assegurar a inclusão educacional das pessoas.

O Projeto Político Pedagógico Institucional do IFPE (PPPI), que aborda de forma mais explícita e específica as questões relacionadas à inclusão e à acessibilidade porém observa-se que diversas ações e propostas direcionadas a esta temática estão distribuídas ao longo de todo o documento como por exemplo possibilitar a viabilização de projetos que visem à inclusão, permanência e êxito dos discentes, estruturar os barreiras física, humana e pedagogicamente, para a implementação das políticas de inclusão, implementar mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações que visem à realização e à efetividade das políticas de inclusão, diversidade e igualdade do IFPE e ampliar programas de inclusão que superem a improvisação e as limitações da participação das pessoas com necessidades especiais na integralidade das atividades pedagógicas vivenciadas no Instituto.

O Plano de Ação Tático da Coordenação De Políticas Inclusivas, coordenação diretamente ligada às questões de inclusão e acessibilidade, situada na Pró-Reitoria de Extensão, elenca alguns objetivos para o ano de 2021 que estabelecem a necessidade do direcionamento de ações para tornar o IFPE uma instituição cada vez mais inclusiva e acolhedora das diferenças.

São eles:

- a. Elaborar a Política de Educação em Direitos Humanos do IFPE, onde as questões da inclusão das pessoas com deficiência serão contempladas;
- b. Ampliar programas de inclusão social, fomentando a cultura institucional de aceitação de pessoas em suas matizes;
- c. Fortalecer a participação da comunidade nos núcleos temáticos do IFPE, dentre eles o Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE);
- d. Ampliar as ações de inclusão das pessoas com deficiência e necessidades específicas; e
- e. Realizar do Seminário de Inclusão do IFPE, a ser construído em conjuntamente com os NAPNEs dos campi e EaD.

O IFPE ainda possui diversas políticas institucionais de atendimento e acompanhamento aos estudantes com deficiência aprovadas pelo Conselho Superior (Consup) das quais podemos destacar:

- I. Resolução nº 81/2014 - Aprova as orientações para ações de inclusão;
- II. Resolução nº 82/2014 - Aprova o Regulamento do NAPNE (Núcleo de apoio às pessoas com necessidades específicas do IFPE);
- III. Resolução nº 10/2016 - Aprova alterações no Regulamento do NAPNE(Núcleo de apoio às pessoas com deficiência);
- IV. Resolução nº 46/2017 - Aprova a Política Institucional de Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação do IFPE; e
- V. Resolução nº 33/2020, que homologa a Resolução nº 25, de 23 de abril de 2019, a qual revogou, ad referendum, a Resolução Consup/IFPE nº 041/2013 e implementou reservas de vagas para ingresso de estudantes nos cursos oferecidos nos campi/polos do IFPE.
- VI. Resolução Consup/IFPE nº 315/2025, Aprova o Regulamento de Adaptações Curriculares do IFPE.

Dentre os instrumentos normatizadores que instituem políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência no Brasil, destacam-se:

- I. Decreto nº 6.949/09 - Promulgou no Brasil a Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência;

- II. Decreto nº 17.611/11 - Atendimento Educacional Especializados;
- III. Lei nº 13.146/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- IV. Lei nº 13.409/16 - Inclui as pessoas com deficiência no programa de cotas de instituições federais de educação superior.

A referida contratação está em consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA) do IFPE para o ano de 2026, registrada no DFD nº 158136- 7/2026 no Sistema de Planejamento e Gerenciamento das Contratações (PGC).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação desses profissionais implicará na oferta de condições mínimas para a inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFPE, como também de modo geral, ampliar os debates sobre a temática da inclusão das pessoas com deficiência e a formação cidadã, melhorando, desta forma, a prestação de serviços oferecidos à sociedade.

Considerando a necessidade de tais profissionais, bem como a impossibilidade de admissão de servidores efetivos, a contratação objeto deste Estudo irá impactar diretamente na garantia da educação inclusiva e viabilizará a qualidade do ensino oferecido ao público.

13. Providências a serem Adotadas

Os tradutores intérpretes de Libras deverão ter disponível para realização das atividades: uma sala com infraestrutura composta por um computador com internet cabeada, câmera em HD, fones com microfone, tripé para a câmera ou webcam, iluminação direcional e plano de fundo neutro para transmissão das atividades.

Para os demais profissionais, será necessária uma sala com estação de trabalho e computador com acesso à internet.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A prestação dos serviços será executada em formato presencial e/ou online, conforme demanda apresentada. Para tanto, não se pode considerar o aspecto negativo em relação ao meio ambiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto, verifica-se a possibilidade de execução da contratação do serviço, considerando que a instituição dispõe do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) ou setor equivalente, com representação em todas as suas Unidades. O referido Núcleo será responsável pelo acompanhamento e direcionamento da execução do serviço, contando com servidores qualificados para essa atuação, o que assegura a viabilidade técnica da contratação. Ressalta-se, ainda, que se trata de um serviço de demanda contínua na instituição, sujeita a variações em função do ingresso de novos estudantes com necessidades específicas. Nesse contexto, evidencia-se a relevância de garantir a oferta desse serviço em âmbito institucional, de forma permanente e estruturada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADILIANE VALERIA BATISTA FRANCELINO DA SILVA

Equipe de Planejamento

CLEDJANE MOURA RAMOS

Equipe de Planejamento

OTAVIO JOSE MOURA SOARES

Equipe de Planejamento

REBECA MOISES COSTA DA SILVA

Equipe de Planejamento